



CURRICULO, EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA

CURRICULUM, ANTI-RACIST EDUCATION AND BLACK-BRAZILIAN
LITERATURE

CURRÍCULO, EDUCACIÓN ANTIRACISTA Y LITERATURA
NEGRO-BRASILEÑA

José Jair Brandão

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7781-4788>

Centro Universitário Uninta -Brasil

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6219-7182>

Centro Universitário Uninta - Brasil

Luciana de Moura Ferreira

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8389-9530>

Centro Universitário Uninta - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v2i1.8307

Resumo: A temática sobre Currículo, Educação e a Literatura Negro-Brasileira, foi definida por perceber a realidade do Brasil e da educação brasileira. Nesse sentido, delimitamos o nosso objetivo que é refletir sobre como os currículos têm abordado os conteúdos afro e o uso da literatura como recurso de internalização cultural. Assim, tomamos como recurso metodológico a abordagem qualitativa e o procedimento de levantamento bibliográfico. Para a discussão teórica, recorreremos aos autores que discutem educação, currículo e literatura Negro-Brasileira, sendo eles Fernandes (2016), Almeida (2018), Carneiro (2019), Fanon (2008), Gomes (2001), González (1984), Muller (2006), Munanga (2005; 2019), Ribeiro (2015), Rosemberg (2003). Por fim, consideramos o estudo relevante no que se refere à educação brasileira e aos seus processos de inclusão. Percebemos ainda que a educação encontra-se distante de uma perspectiva mais inclusiva, e que, diante da história, a educação foi negada ao negro e que no século XXI, a luta permanece por direitos de igualdade e equidade.

Palavras-chave: Educação. Literatura Negro-Brasileira. Currículo

Abstract: The theme on Curriculum, Education and Black-Brazilian Literature was defined by perceiving the reality of Brazil and Brazilian education. In this sense, we delimit our objective that is to reflect on how curricula have addressed afro contents and the use of literature as a resource of cultural internalization. Thus, we take as a methodological resource the qualitative approach and the bibliographic survey procedure. For the theoretical discussion, we resorted to authors who discuss education, curriculum and Black-Brazilian literature, which are Fernandes (2016), Almeida (2018), Carneiro (2019), Fanon (2008), Gomes (2001), González (1984), Muller (2006), Munanga (2005; 2019), Ribeiro (2015), Rosemberg (2003). Finally, we consider the study relevant with regard to Brazilian education and its inclusion processes. We also realize that education is far from a more inclusive perspective, and that, in the face of history, the education was denied to the negro and that in the 21st century, the struggle remains for the rights of equality and equity.

Keywords: Curriculum. Education. Black-Brazilian Literature

Resumen: El tema sobre Currículo, Educación y Literatura Negro-Brasileña, se definió a partir de la percepción de la realidad de Brasil y de la educación brasileña. En este sentido, delimitamos nuestro objetivo, que es reflexionar sobre cómo los currículos han abordado los contenidos afro y el uso de la literatura como recurso de interiorización cultural. Así, tomamos como recurso metodológico el enfoque cualitativo y el procedimiento de levantamiento bibliográfico. Para la discusión teórica, recurrimos a autores que discuten educación, currículo y literatura negro-brasileña, a saber, Fernandes (2016), Almeida (2018), Carneiro (2019), Fanon (2008), Gomes (2001), González (1984), Muller (2006), Munanga (2005; 2019), Ribeiro (2015), Rosemberg (2003). Finalmente, consideramos el estudio relevante con respecto a la educación brasileña y sus procesos de inclusión. También nos damos cuenta de que la educación está lejos de una perspectiva más inclusiva, y que, frente a la historia, la educación ha sido negada a los negros y que en el siglo XXI, la lucha sigue por los derechos de igualdad y equidad.

Palabras clave: Reanudar. Educación. Literatura negro-brasileña

Introdução

As questões raciais é algo que está presente desde o processo de inserção dos portugueses ao Brasil. Ainda, no século XXI, são criados movimentos de luta pela igualdade racial e de questões de direitos humanos. Dessa forma, entendemos que o Brasil andou por caminhos de retrocessos e ainda se tem lutado por direitos iguais a toda humanidade o que consideramos que já deveriam ter sanados. Dessa maneira, o tema do estudo se dirige a “Currículos, Educação e a literatura Negro-Brasileira, por consideramos que também, através da literatura, como instrumento de permanência para difusão às divisões de classes e de raças. O Brasil é um país de desigualdades sociais.

O interesse nessa pesquisa se deu pela nossa condição de docentes e por perceber ainda na literatura e nos currículos que as questões raciais ainda estão presentes, como o preconceito e a exclusão. Como a literatura é um excelente recurso de aprendizagem e da apreensão da realidade foram percebidos que existem autores que discriminam os negros, os pobres, as mulheres.

A pesquisa se trata da “Educação Antirracista, do currículo e da literatura Negro-Brasileira”, cujo objetivo geral é refletir sobre como os currículos têm abordado os conteúdos afros e o uso da literatura como recurso de internalização cultural. A delimitação do estudo contribuiu para que o desenvolvimento teórico corroborasse com a proposta de reflexão da temática.

A escola por ser um ambiente de construção e propagação de diversos conhecimentos é um forte instrumento que interfere diretamente na construção da sociedade. Analisando o currículo que norteia o fazer pedagógico, há uma ausência de obras voltadas à valorização da pessoa negra, embora note-se progresso ou uma tentativa da representatividade da mesma em livros didáticos. Contudo, falta ao educando negro periférico um olhar literário voltado a uma representação nas narrativas que lhes são apresentadas. A história do povo negro, por sua vez, é contada por brancos carregando, assim, uma visão sofrida e oprimida, quando, na verdade, o que caracteriza esse povo é a luta e a resistência. Narrativas como *Zumbi dos Palmares* e até mesmo movimentos bem mais recentes como *Black Lives Matters* são exemplos dessa luta secular que nos leva a concluir o quanto ainda precisa-se caminhar em prol da igualdade que tanto se busca não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

A proposta desse artigo é analisar a literatura que aborda o negro como protagonista de sua história e sua contribuição para a constituição de uma sociedade igualitária, onde não exista discriminação pela cor da pele, ao mesmo tempo que ofereça oportunidades de educação e profissionalização para essa população que ao longo da história do Brasil foi estigmatizada e excluída por uma falsa democracia racial.

Outrossim, o profissional docente em seu fazer pedagógico necessita de um amparo didático reflexivo de inclusão visando a quebra de paradigmas e a construção de uma sociedade cada vez menos racista. É preciso que o sistema de

ensino ofereça subsídios para que sejam efetivadas novas metodologias de ensino e que por sua vez trazem mudanças significativas à sociedade, afinal, o racismo e as desigualdades sociais impedem a constituição de uma sociedade democrática.

O artigo ressalta a luta dos movimentos negros e como eles impactaram na construção de políticas públicas para essa população, embora os golpes governamentais as tenham interrompido, elas ressurgem resignificando o seu papel diante das desigualdades, proporcionando oportunidades para a diversidade e educação. É a partir desse olhar clínico dos movimentos que busca-se a não adequação à sociedade esbranquiçada, e sim, reconhecer-se como elemento pertencente a ela como tal.

O arcabouço teórico metodológico desse estudo é a pesquisa qualitativa, como procedimento utilizamos a pesquisa bibliográfica a partir de teses, dissertações, periódicos que fossem relevantes para a discussão teórica do estudo. De acordo com Fonseca (2002, p.32), o levantamento bibliográfico “é feito a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites”.

Para além das pesquisas realizadas nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), ainda nos reportamos a pesquisadores especializados em negritude, tais como Fernandes (2016), Almeida (2018), Carneiro (2019), Fanon (2008), Gomes (2001), González (1984), Muller (2006), Munanga (2005), (2019), Ribeiro (2015), Rosemberg (2003), esses autores direcionaram as discussões sobre educação, currículo e sobre a História do Negro no Brasil.

Ressalta-se que a análise dos resultados tiveram um caráter crítico reflexivo, orientados pelos aspectos de configuração textual de Mortatti (2000), dos quais destacamos, “a análise de conteúdo, a metodologia, o período histórico, as motivações dos estudos (por quê e para quê)” (MORTATTI,2000). Os dados analisados foram categorizados em: educação antirracista, literatura negro-Brasileira; currículo afrocentrado e Cultura Afro-Brasileira.

Por uma Educação Antirracista e a contribuição da Literatura Negro-Brasileira

A expressão “racismo estrutural” recentemente passou a ter relevância nos debates raciais brasileiros. Segundo Sílvio de Almeida, em seu livro *O que é racismo estrutural?* “o racismo é sempre estrutural [...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política de uma sociedade” (2018, p. 15). O autor complementa que a intenção do seu livro é que o racismo deixe de ser interpretado como uma patologia, uma situação pontual perpetrada por indivíduos com disforias, e seja visto como uma manifestação normal da sociedade. O “normal” não é posto como algo aceito moralmente, mas o uso da palavra é para descrever a que ponto o racismo está entranhado em nossas práticas que, de forma ordinária, tornou-se normal. Daí o caráter do racismo estrutural: o *status* naturalizado de práticas racistas em todas as manifestações sociais, sejam familiares, institucionais, midiáticas, entre outras formas do fazer humano.

A escola não está isenta de ser um dos instrumentos do racismo. O currículo e professores, como já abordados anteriormente, podem ser propagadores de preconceitos ou de aviltamento da cultura negra. Todavia, o livro didático, materiais de apoio e até mesmo a raça dos funcionários da escola podem ser elementos a mais do complexo emaranhado discriminatório.

O antropólogo Kabengele Munanga afirma que “não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade” (2005, p.15). Portanto, o processo de conscientização racial assim como a postura antirracista precisam ser introduzidas de uma maneira ampla no processo educacional.

A professora e doutora em Educação, Maria Lúcia Rodrigues Muller (2006), ventila que a educação está inserida nos instrumentos do racismo. Para a pesquisadora, todas as instituições criadas e lideradas por aqueles que se consideram melhores ou superiores aos demais grupos, tendem a praticar atos de enrijecimento dos lugares hierárquicos, garantindo ascensão apenas para aqueles que fazem parte ou são próximos do grupo dominante. Em resumo, as instituições

brasileiras eivadas de vícios e práticas segregacionistas transmitem e praticam ideias que colaboraram para um tratamento diferenciado baseado na cor da pele.

É considerada discriminação institucional toda prática institucional que distribui benefícios ou recursos de forma desigual entre distintos grupos raciais. Dessa forma, toda política pública cujos impactos, intencionais ou não, tenham como consequência o aumento da desigualdade racial pode ser classificada como prática de discriminação institucional (JACCOUD; BEGGIN, 2002 *apud* MULLER, 2006, p. 67).

Logo, para a autora, os professores alinhados com as ideias de subalternização de grupos minoritários podem desempenhar um papel negativo na progressão de alunos não-brancos, tornando-se instrumentos do racismo institucional. Essa contribuição negativa retarda e bloqueia que negros e indígenas tenham uma ascensão por meio dos estudos, qualificando-os para ocupar cargos, espaços, e até mesmo, serem professores.

A intelectual estadunidense bell hooks¹, militante afro-estadunidense e feminista, narra sua experiência escolar na infância e ao longo da carreira acadêmica como concatenações de processos de violências. Quando criança, sua primeira escola foi em uma comunidade negra. As professoras eram conhecidas pelas famílias, além de também já terem ensinado seus irmãos, o que gerava um contexto familiar de acolhida e até mesmo entendimentos afetivos.

Frequentei a escola num momento histórico em que era ensinada pelas mesmas professoras que haviam dado aula a minha mãe, as irmãs e os irmãos dela. Meu esforço e minha capacidade para aprender sempre foram contextualizados dentro da estrutura de experiência das várias gerações da família. Certos comportamentos, gestos e hábitos de ser eram considerados hereditários. (HOOKS, 2017, p. 11)

Hooks comenta o quão importante é para a comunidade a presença das professoras negras, pois elas eram símbolo de ascensão por meio do estudo além de serem instrumentos para uma educação com conscientização racial. “Para os negros, o lecionar—o educar—era fundamentalmente político, pois tinha raízes na luta

¹ bell hooks pede que seu nome, ao ser transcrito, seja grifado com as iniciais minúsculas.

antirracista” (HOOKS, 2017, p. 10). Ou seja, havia um engajamento social dessas mestras e um cuidado para que os componentes curriculares fossem contextualizados com a realidade dos alunos.

A partir do momento que a intelectual teve que continuar seus estudos, agora não mais na escola da sua comunidade, confrontou-se com uma realidade escolar que a excluía e criava obstáculos incessantes. Professores brancos intencionalmente reproduziam estereótipos racistas que fomentava a realidade racial entre alunos e que tornava os alunos negros alvos de assédios. “A sala de aula já não era um lugar de prazer ou de êxtase” (HOOKS, 2017, p. 12). A escola, lugar de anseio da então menina, agora era entrelaçada com o sentimento de angústia. A jovem bell hooks, mesmo tendo a escola eurocêntrica contra ela, continuou nos seus estudos entrando em uma Universidade e sofrendo na pele, literalmente, as agruras de ser uma mulher preta em um universo epistêmico embranquecido. “A universidade e a sala de aula começaram a se parecer mais com uma prisão, um lugar de castigo e reclusão, e não de promessa e possibilidade”. (HOOKS, 2017, p. 13)

A escola era uma extensão de *locus* de amor, de proteção, de afago onde a menina bell hooks aprendia com suas professoras negras uma educação revolucionária no ponto racial. A partir dessa reflexão do amor recebido e, posteriormente, da rejeição sofrida no ambiente acadêmico, bell hooks formula uma frase que marca sua postura enquanto educadora: a educação deve ser uma prática libertadora e não de jugo. Essa sua reflexão bebe deveras, como a autora afirma, das teorias educacionais do pernambucano Paulo Freire.

Quando descobri a obra do pensador brasileiro Paulo Freire, meu primeiro contato com a pedagogia crítica, encontrei nele um mentor e um guia, alguém que entendia que o aprendizado poderia ser libertador. (HOOKS, 2017, p. 15)

O educador brasileiro influenciou muitos intelectuais ligados ao movimento negro dos Estados Unidos por suas ideias serem justamente voltadas àqueles que são excluídos. Mesmo que em suas obras iniciais Freire não aborde a questão racial e se volte mais para o embate de classe, a partir de críticas construtivas, o brasileiro pode perceber essa lacuna em suas análises. A própria bell hooks foi uma das que

confrontou Paulo Freire, sendo que este recebeu com muita atenção e préstimos os apontamentos. O que mostra a fragilidade do homem branco, que mesmo em sua grandiosidade, esquece o homem preto em suas teses. Mas, Freire comprovou mais uma vez sua inteligência ao se auto analisar e perceber que suas reflexões sobre as classes sociais eram incompletas quando se esquecia de incluir nos dados analisados o componente racial.

A depreciação, que anda de mãos dadas com o preconceito, ataca o que foge da lógica ocidental. A prática pedagógica torna-se, assim, uma espécie de jogo da forca que a cada letra que compõe o racismo vai minando as potencialidades de seus alunos negros culminando em uma possível evasão escolar, total falta de interesse aos estudos e a opção por escolhas erradas.

No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p. 15)

O que se reivindica não é a substituição da cultura ocidental pela afro-brasileira, mas a equidade de abordagens e conscientização de que são saberes importantes para a formação étnico-racial como também cultural. Luta-se, sem também esquecer a rica cultura de várias nações de povos originários que vivem em nosso país, que as possibilidades de saberes não sejam empilhadas em uma pirâmide alegórica, na qual a base seja delegada aos conteúdos que beiram a folclorização e, que quando abordados para os alunos, sejam carregados de estereótipos ou falta de embasamento.

Currículo Afrocentrado

Após a Abolição da Escravatura, em 1888, os movimentos abolicionistas foram dissolvidos. O propósito ao qual estavam filiados obteve sucesso: o fim do período escravocrata no Brasil. Uma vez alcançada essa meta, as preocupações tornaram-se outras e a condição dos negros recém-libertos não foi considerada.

Dessa forma, agora livres, porém, sem meios, sem moradia, sem estudo, sem trabalho, massas de pessoas se deslocaram para regiões periféricas das cidades, aglutinando-se em regiões distantes, sem infraestrutura e perspectiva.

A causa de liberdade que uniu brancos e negros foi esquecida. Agora, negros tinham que se articular dentro de suas limitações para poder exigir melhorias que não foram articuladas. Concomitantemente, ideias eugenistas que ganhavam caráter de ciência na Europa e nos Estados Unidos chegaram com força ao país. A grande população negra tornou-se uma preocupação de ordem sanitária. O povo negro era visto como propagadores de doenças e que a sua descendência manchava o curso do progresso do Brasil. Ideias de esterilização, retorno para África, genocídio foram mecanismos pensados por grupos eugenistas brasileiros para interromper a multiplicação de negros.

A miscigenação era vista por dois caminhos: uns acreditavam e incentivavam as relações entre brancos e negros, pois acreditavam que ao longo do tempo a população brasileira iria se embranquecer totalmente. Outros, já se filiavam à concepção de que a mistura de raças faria com que nascessem indivíduos afetados de vícios, defeitos físicos e mentais. Ou seja, os estereótipos delegados aos negros (malandragem, hiperssexualização, selvagem, ardiloso) seriam perpetuados em sua descendência.

Foram ideias bizarras, mas que foram fortemente discutidas à época e com muitos adeptos, tais como Monteiro Lobato, Nina Rodrigues. Contando, inclusive, com o interesse do Estado que patrocinou a ida de intelectuais brasileiros às conferências eugenistas que aconteciam no mundo e a publicação de obras a respeito, como também, de modo a barrar a entrada de pessoas negras no país, um decreto foi promulgado.

Em 1933, Artur Neiva, Miguel Couto e Xavier de Oliveira apresentavam, à Constituição que então se elaborava, emendas arianizantes, entre as quais a seguinte: “Para efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negra e amarela, de qualquer procedência” (RODRIGUES, 1964, I, p. 92). E a seleção pretensamente eugênica dos imigrantes, ganhava força de norma jurídica no art. 29 do Decreto-lei n. 7.967 de 18 de setembro de 1945 que dizia: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia,

assim como a defesa do trabalhador nacional” (RODRIGUES, 1964, I, p. 94). (LOPES, 2011, p. 205)

Em defesa da sobrevivência, os movimentos negros começaram a se articular com mais firmeza e a pensar formas de se imporem na sociedade que os viam como alvo de juízos racista e queriam vê-los mortos e fora do Brasil. A Frente Negra, nasceu em 1931, e foi o primeiro movimento racial articulado nacionalmente. Em 1936, transformou-se em partido político, mas logo em seguida foi dissolvido por conta do golpe de Getúlio Vargas que dissolveu todos os partidos políticos do país. O golpe ditatorial de Vargas interrompeu articulações raciais que estavam em andamento e em 1964, quando houve outro golpe, agora pelas mãos do Exército Brasileiro, novamente, articulações raciais ativas foram desmanteladas, o que, hoje, podemos considerar como obstáculos que retardaram anos de possibilidades reivindicatórias e de negros e indígenas.

No entanto, segundo Kabengele Munanga (2019), essas movimentações de cunho racial intencionavam fazer com que o negro fosse assimilado na cultura branca. Por isso a preocupação em fazer com que o negro tivesse acesso ao mundo embranquecido, inclusive no âmbito acadêmico, para que assim fosse aceito para integrar a sociedade.

Resumidamente, a educação, a formação e a assimilação do modelo branco forneceriam as chaves da integração. Até o branco mais limitado não hesitaria em abrir a porta ao negro qualificado, culto e virtuoso. A maioria desses movimentos organizava intensivas campanhas de educação, dando ênfase ao bom comportamento da sociedade. Alguns fizeram até publicidade de cosméticos destinados a alisar os cabelos e excluíram do meio cultural negro qualquer manifestação de origem africana considerada como inferior. A referência era o modelo proposto pela sociedade dominante, isto é, branca. Daí a ambiguidade desses movimentos que, embora protestasse contra os preconceitos raciais e as práticas discriminatórias, alimentaram sentimentos de inferioridade perante sua identidade cultural de origem africana. (MUNANGA, 2019, p. 98)

Portanto, conclui-se que, por mais que o Movimento Negro do início do século XX até meados do golpe militar de 1964 fosse uma articulação transgressora para a época e se colocasse de frente as ideias eugenistas do momento, os próprios integrantes possuíam colocações que hoje podemos entender como

autodepreciativas em relação às origens étnicas. O afastamento do que se inscreve como afro, tal como a espiritualidade nos orixás ou o realce da beleza do cabelo crespo, era uma demanda presente em suas pautas. O que vai ao encontro do título da obra mais famosa do psiquiatra martinicano Frantz Fanon, “pele negra, máscaras brancas”, ou seja, segundo o próprio intelectual que se debruça sobre os aspectos psicológicos que a colonização causou ao povo negro, essa investida do negro no mundo branco carrega em si uma violência racial de rejeição de si para se assemelhar ao branco. Não que ele se odeie por ser negro, mas que, consciente ou inconscientemente, ele busca se aproximar dos parâmetros brancos para poder ser aceito, ter ascensão, ter sua humanidade reconhecida.

Todo povo colonizado _ isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural _ toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu manto, mais branco será. (FANON, 2008, p. 34)

Um povo que não teve direito a um passado, é um povo sem referências, que buscará na cultura de outrem o preenchimento de lacunas subjetivas e tentará, a todo custo, assimilar-se, todavia, será alvo da rejeição, visto que sua pele o impede de ser integralmente aceito. Por isso a importância de uma educação antirracista que promova a inclusão cultural das diversas matrizes que compõe a diversidade de epistemológicas das etnias fundantes da nação. Abordar a história do Egito nas aulas de História e não contextualizá-la no continente africano e como a dinastia dos faraós sucederam outros impérios africanos, como os cuxitas, é deturpar, é privar que nossos jovens conheçam a partir de uma perspectiva de identificação racial que o berço da humanidade é a África, e que umas das maiores civilizações que produziram ciência era liderada por negros.

Todavia, ao propor um currículo antirracista não se deseja impor “uma ditadura do conhecimento por outra, trocar um bloco de pensamento por outro” (HOOKS, 2017, p. 49), mas ampliar a perspectiva, a reflexão, as referências. É algo desafiador, ainda mais, para professores que consolidaram sua prática docente visualizando outros modelos de docência. Por isso a necessidade de ser um

processo gradual, de tatear os caminhos, de muita escuta, principalmente das demandas requeridas pelo povo negro. Locais de formação, material bibliográfico, apresentação de novas estratégias são necessários para viabilizar esse professor antirracista que queremos em nossas salas de aula. O professor, tal qual qualquer pessoa da sociedade, foi bombardeado ao longo de sua vida de ideias e modelos racistas. Não podemos negar que sua prática docente muitas vezes é atravessada pelo sexismo, heterossexismo, racismo (HOOKS, 2017) e que, enquanto sujeito, precisa de um acompanhamento para autocriticar sua prática pedagógica.

O desejo não é transformar a educação brasileira em algo voltado apenas para os alunos negros. Pelo contrário, o que se exige é uma sala de aula democrática, onde as vozes sejam escutadas de forma individual, que os alunos não sejam uma massa homogênea. “Fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objeto central da pedagogia transformadora” (HOOKS, 2017, p. 56).

A Literatura como Proposta de Inclusão da Cultura Afro-Brasileira

A literatura, como resultado do fazer humano, é uma arte presente majoritariamente em todas as civilizações existentes no globo. Muitas vezes, reconhecer que um determinado povo possui um acervo literário passa pelo crivo do parâmetro do avaliador, no caso, espera-se que o ato literário siga a mesma linha direcional e se constitua de maneira escrita e resguardada em livros.

Todavia, delimitar como literatura apenas fabulações que estão na forma escrita, é fechar os olhos para as produções orais que são recorrentes entre os grupos civilizatórios que não tiveram em seu curso evolutivo e orgânico a criação de um processo de escrita. Devido a isso, mitos indígenas e dos negros em diáspora, além de outros povos, foram postos em uma categoria menor, até não sendo reconhecidos como um arcabouço cultural que era/é repassado verbalmente pela figura dos mais velhos aos mais novos.

Nas tribos indígenas brasileiras, entre os iorubás da África, os aborígenes da Austrália e os maoris da Nova Zelândia da Nova Zelândia, certos membros da comunidade tinham o dever de contar

às futuras gerações os mitos fundacionais da tribo, enquanto a palavra escrita das culturas ocidentais (a Bíblia trazida pelos missionários e o ensino da Literatura nas escolas da aldeia) era uma ameaça à tradição milenar de oralidade (BONNICI, 2005, p. 43).

Logo, a literatura de autoria negro-brasileira está construída sobre o conceito de resistência, subversão e oposição. Desmoronar a estrutura de negrismo, estereótipos e silenciamento do personagem negro na literatura brasileira, apenas foi possível com o ato da escrita fabulativa de diversos escritores negros sedentos por narrar a partir de um narrador ou eu-lírico racializado. Desde a publicação de Úrsula, em 1860, da maranhense Maria Firmina dos Reis, até os dias atuais com diversos nomes proeminentes como Jarid Arraes, Ana Paula Maia, Nei Lopes, a literatura brasileira hoje tem espaço representatividade de raça, classe e gênero, por mais que saibamos que ainda os obstáculos editoriais são significativos para os grupos minoritários.

As produções dos autores negros-brasileiros contribuem para conscientização nacional das demandas raciais. Muitas dessas produções têm em seu enredo denúncias, como em *O Sol na Cabeça* (2018), de Giovani Martins, em que há vários contos em que são representados os cotidianos de jovens da periferia; Conceição Evaristo que tem sua prosa e poesia voltadas às mulheres negras, Carolina Maria de Jesus, que, em *O Quarto de Despejo*, textos de caráter autobiográfico, relata por meio do seu diário, as agruras de ser uma mãe solo negra, moradora de um favela e tendo o lixo como único lugar para recolher o seu sustento.

São tocantes que não eram perfilados nas produções em voga e que hoje, graças a um movimento de resgate e de perspectiva, faz que cada vez mais, produções racionalizadas sejam divulgadas, sejam reconhecidos seus méritos, que ganhem prêmios e sejam dissecadas em estudos por pesquisadores.

Assim, seguindo o curso de valorização, as escolas deveriam utilizar muitas dessas produções em seus currículos e fazeres metodológicos, como suporte para atividades de reflexão e confronto de ideias entre os alunos.

Considerações Finais

O conhecimento a respeito da trajetória do povo negro implica diretamente na elaboração de políticas públicas que sejam voltadas para a inclusão e um melhor reparo histórico-cultural diminuindo, assim, o distanciamento social que o assola desde os primórdios de sua chegada ao país. Outrossim, faz-se necessária a valorização dos movimentos das minorias, sobretudo as raciais, que por muito tempo foi negada a sua existência.

A luta do homem negro não é mais por adequação ou penetração a sociedade esbranquiçada, e sim, por reconhecer-se quanto cultura pertencente e valorizada nos seus diversos aspectos. Por fim, há a necessidade de quebrar paradigmas preconceituosos, enraizados no fazer pedagógico que por anos foram perpassados no âmbito escolar e por muitas outras instituições que contribuíram durante séculos para a propagação do racismo dito estrutural. O que se almeja não é impor uma ditadura negra, mas o seu devido reconhecimento quanto povo que ajudou a construir essa nação e que até hoje sofre as agruras da desigualdade. O povo negro por muitos anos viveu a míngua, a espera de dias melhores e de políticas públicas que lhes fornecessem condições básicas, tais como cultura, lazer e acesso a educação de qualidade. A proposta pedagógica explanada no presente artigo visa um novo olhar sobre o fazer pedagógico, a fim de contribuir através da literatura afro-brasileira no registro da história do povo negro. O que se busca não é a supremacia de uma raça usando o argumento reparador histórico-cultural, e sim, o nivelamento de oportunidades que lhes foram negadas, para que, assim, tenhamos uma sociedade mais igualitária.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BONNICI, Thomas. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial**. Maringá: Eduem, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CUTI. **Literatura Negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. Prefácio à edição brasileira. *In*: NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. *In*: CAVALLEIRO, Eliane (Org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossas escolas**. São Paulo: Summus, 2001.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, 1984, p. 223-244.

_____. A categoria político-cultural da americanidade. *In*: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro; nº 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização: São Paulo/ 1876-1994**. São Paulo: UNESP, 2000.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Estatutos estaduais do magistério e discriminação racial. *In*: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). **Cor e Magistério**. Niterói: Quartet, 2006. p. 51-86.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA, Maurício. Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**. Santa Maria, v.14, n.1, jan./dez. 2012. Disponível em: Acesso em: 17 jan. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Global, 2015.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 29 ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

ROSEMBERG, Fluvia; BAZILLI, Chirley & SILVA, Vinícius Baptista da. **Racismo nos livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura**. **Educação e Pesquisa**, 2003, v. 29, n. 1, p. 125-146.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático**.

SOBRE OS AUTORES

José Jair Brandão

Possui graduação em Letras - Inglês pela Universidade Estadual Vale do Acaraú(2016). Atualmente é Professor Efetivo da Prefeitura Municipal de Sobral. Correio eletrônico: jjairbrand@gmail.com

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Federal da Paraíba (2012). Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Correio eletrônico: marciamendes_1@hotmail.com

Luciana de Moura Ferreira

Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA (2007). Fez Mestrado Acadêmico em História pela Universidade Estadual Do Ceará - UECE (2010). Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Correio eletrônico: lucianamoura797@gmail.com